



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Pedagogia Freireana e Marxismo: a formação política na Via Campesina Brasil			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marco Antonio Perruso¹	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Professor Adjunto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Os movimentos sociais brasileiros no séc. XX desenvolveram diversas experiências de formação e educação para seus componentes. No período de grande presença pecebista em nosso sindicalismo (anos 1930 a 1960) os conteúdos das atividades de formação política remetiam ao marxismo “oficial”, de origem soviética. Com o surgimento do “novo sindicalismo” e de novos movimentos sociais a partir dos anos 1970, passa a ter expressão, na esfera da capacitação intelectual das classes populares brasileiras, não só outras variantes do marxismo, mas principalmente uma nova matriz reflexiva, influenciada pela Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire e pela Teologia da Libertação, corporificada pelas experiências de “educação popular” do período. Já num período posterior, nos anos 1990, o MST – principal organização da Via Campesina Brasil - passa a elaborar uma política própria de formação política, que, aparentemente, se distancia de sua origem calcada na matriz autonomista, buscando a articulação com intelectuais de linhagem marxista.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimentos Sociais Rurais, Marxismo, Educação Popular			
ABSTRACT			
The Brazilian social movements in century XX they had developed diverse experiences of formation and education for its components. In the period of great presence of communism in our unionism (years 1930 the 1960) the contents of the activities of formation politics had very to the Soviet marxism. With the sprouting of the “new unionism” and new social movements from years 1970, it starts to have expression, in the sphere of the intellectual qualification of the Brazilian popular classrooms, not only other variants of the marxism, but mainly a new thought matrix, influenced for the Paulo Freire’s pedagogical reflections and for the Liberation Theology, materialize for the experiences of “popular education” of the period. Already in a posterior period, in years 1990, the MST - main organization of the Via Campesina Brazil - starts to elaborate one proper politics of formation politics and, that, pparently, if distance of its origin sidewalk in the autonomous matrix, searching the joint with intellectuals of marxist ancestry whom.			
KEYWORDS			
Social movements of the field, marxism, popular education			

Introdução

Nos últimos anos vários movimentos sociais rurais brasileiros passaram a desenvolver uma preocupação notável com a juventude. Podem ser citados neste processo os seguintes eventos: o I Congresso Nacional da Juventude Rural em 2000; o I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade (organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – e pela Via Campesina) em 2008; o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural (2006); o I e II Seminários da Juventude da Via Campesina – em 2006 e 2007 (Martins, 2009, p. 14/15 e 17). No caso do MST, um dos mais ativos movimentos sociais rurais do país, a questão da juventude passou a ser

¹ trogao <trogao@bol.com.br>.

privilegiada a partir de 1999, quando é elaborada uma “Proposta para a Organização da Juventude”, são criados os Centros de Cultura e Lazer em 14 assentamentos e é organizado em parceria com a UNICAMP o Curso “Realidade Brasileira”, reunindo em torno de 1.200 jovens de 22 estados em Campinas (Gohn, 1999 *apud* Martins, 2009, p. 160). Alguns estudos a respeito passaram a ser realizados,² abordando-se inclusive o tema correlato da formação política voltada para a juventude, ainda que escassamente, embora o assunto costume ser tratado como prioridade pelas organizações dos movimentos (Guedes, 2008, p. 19). A título de exemplo: “O educando das organizações camponesas deverá obter habilidades e destrezas organizativas, políticas, mobilizantes, administrativas e agropecuárias...”. (Torres, 2004, p. 27-28)

A formação política nos movimentos sociais, bem como nas organizações políticas de esquerda, pode envolver certas dimensões – formação político-ideológica propriamente dita, educação sindical, educação formal, capacitação técnica/profissional – muitas vezes entrelaçadas no cotidiano da militância política e social: “Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação política-ideológica...”. (Manfredi, 1994, p. 290)

E nas palavras de uma militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), atuante no setor de formação política mas originária do setor de educação do movimento: “Transitei entre os dois. Existe uma relação muito próxima, né? Cada um tem um recorte nesse sentido, mas a concepção e a base são as mesmas, no sentido da formação. Educação e formação são muito ligadas...”. (Entrevista, 2010)

O deslize semântico entre formação e educação é recorrente; e revelador, a meu ver, de que a separação entre ambas as noções é antes analítica que real. De qualquer maneira, trato no presente artigo do que comumente se entende por formação política-ideológica.

Os movimentos sociais rurais que são objeto deste trabalho são dois dos mais estruturados que compõem a Via Campesina Brasil: o já citado MST (surgido em 1984) e o MAB (criado em 1991).³ A Via Campesina Brasil faz parte da Via Campesina (fundada em 1993) em nível internacional e da CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo, datada de 1994) em nível continental. Tais organizações já possuem uma orientação política bastante definida. Participaram, por exemplo, da articulação das edições do Fórum Social Mundial e dos protestos anti-globalização ocorridos em Seattle (1999), Praga (2000) e Gênova (2001).

² Este artigo origina-se de pesquisa coordenada pela Profa. Elisa Guaraná de Castro na UFRRJ: Juventude e Práticas Políticas na América Latina – análise da construção e reordenação da categoria “juventude” como representação social e política nos movimentos sociais em países da América Latina.

³ Alguns outros são: MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra), PJR (Pastoral da Juventude Rural), CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil).

As atividades de formação política de algumas das organizações da Via Campesina Brasil vêm se intensificando: “É marcante a preocupação em atrair e educar/formar jovens. Cursos de jovens são cada vez mais comuns, inclusive a nível nacional.” (Vainer & Vieira, 2010, p. 207) Um dos momentos mais importantes desse processo é a construção da sede da Escola Nacional Florestan Fernandes pelo MST, inaugurada em 2005 em Guararema/SP.

Obviamente, as atividades de formação política da Via Campesina Brasil, do MST e do MAB estão vinculadas às respectivas orientações políticas, de resto bastante próximas, configurando uma mesma cultura política, herdeira “do marxismo revolucionário latino-americano [...], da Teologia da Libertação, das lutas democráticas contra a ditadura militar [...] e de movimentos ecologistas e libertários pós-marxistas.” (Vainer, 2001 *apud* Vainer & Vieira, 2010, p. 198) Além disso, tais movimentos sociais possuem grande coesão interna, razão pela qual podem ser investigadas também como organizações políticas, desde que numa perspectiva não-eleitoral.

Foi muito significativa a influência dos setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) na formação da primeira geração de militantes do MST. Nesse processo a ideologia marxista também se fez marcante desde seu início. (Floresta, 2006 *apud* Martins, 2009, p. 149) A proximidade ideológica com o marxismo se aprofundou a partir dos anos 1990 e caminhou junto com algum distanciamento desse cristianismo católico de esquerda (Martins, 2009, p. 134 e 151) – fenômeno que ainda está para ser devidamente estudado. O imbricamento destas matrizes ideológicas promovido pelo MST e também pelo MAB é instigante e configura-se no fator mais importante para a investigação sobre a formação política na Via Campesina. Por um lado, a matriz cristã, corporificada notadamente pelas concepções e metodologias pedagógicas de Paulo Freire (por vezes conhecida como “educação popular”, muito influente desde os anos 1970), é bastante marcante ainda:

O discurso sobre disciplina, estudo, organização, ecumenismo é o mesmo utilizado pelas CEBs. Essa herança da Igreja pode ser constatada na estrutura da organização – o caráter colegiado das instâncias de decisão, a divisão por Estados, o espírito de sacrifício e a centralidade da mística e eventos dotados de forte caráter simbólico. (Floresta, 2006 *apud* Martins, 2009, p. 151)

Por outro lado, a inflexão marxista ocorrida nos últimos anos consubstancia, na dimensão pedagógica das atividades educativas e formativas do MST em particular e da Via Campesina Brasil em geral, a busca de uma síntese, a Pedagogia do Movimento, como indicado por Roseli Caldart,⁴ uma das principais intelectuais engajadas nesse processo: “arriscamos esta nova síntese, que traz a

⁴ Assessora Pedagógica do ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

luta social, combinada com a organização coletiva, como matriz formadora constituinte do Movimento Social como sujeito pedagógico...”. (Caldart, 2006 *apud* Martins, 2009, p. 137)

Outro intelectual participante do MST, Adelar João Pizetta,⁵ historia sucintamente a trajetória inicial da formação política deste movimento:

No início, essas atividades eram realizadas em parceria com o movimento sindical e com outras organizações voltadas para o trabalho de educação popular. Entretanto, com o crescimento, o fortalecimento e o redirecionamento das ações do movimento, foi se tornando evidente a urgência de investimento em um processo e um espaço próprio de formação, que tivessem como objetivo garantir a organicidade e a articulação do MST com outros parceiros nos âmbitos nacional, latino americano e internacional, e que tivesse como ponto de partida a prática social dos Sem Terra, com suas contradições, desafios e possibilidades. (Pizetta, 2007, p. 242)

Dois tipos ideais de formação política

A partir das experiências históricas da formação política pecebista e da “educação popular”, apresento sucintamente, seguindo os parâmetros metodológicos consagrados por Weber (1999), dois tipos ideais de concepção político-pedagógica. Ressalto, portanto, algumas características das duas matrizes, assim tipificadas, de maneira a opô-las antiteticamente.

O tipo ideal pecebista remeteria a uma formação política com as seguintes propriedades: a) disciplinadora e tradicional – pois centrada na figura do transmissor do conhecimento, o professor, normalmente um intelectual marxista; b) reprodutora e homogeneizadora, de modo que os formandos – muitas vezes jovens – devem ser capacitados a prosseguir com o legado e a orientação de sua organização política, dirigida por militantes mais antigos; c) teoricista, cientificista e dogmática (os conteúdos ministrados devem ser antes recepcionados que problematizados a partir das experiências concretas dos formandos); d) centrada na experiência da Revolução Russa, portanto eurocêntrica e, de alguma maneira, heterônoma; e) conseqüentemente, marxista ortodoxa, seja nas versões bolchevique/soviética (marxista-leninista), stalinista ou mesmo trotskysta, seja em exegeses marxistas realizadas a partir de Lukács e outros autores considerados clássicos.⁶

O tipo ideal “educação popular” implicaria numa formação política: a) autonomista e horizontalizante, já que privilegiadora de um esforço de desenvolvimento, por parte do educando/formando, de um espírito crítico, questionador; b) valorizadora dos saberes e culturas

⁵ Membro do Coletivo de Coordenação Pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes e da Coordenação do Setor de Formação Nacional do MST.

⁶ Arrisco-me a dizer, de modo um tanto impressionista, que experiências de capacitação política no campo conservador do espectro ideológico apresentariam boa parte dessas características: tradicional, reprodutora, cientificista, dogmática – trocando-se apenas o conteúdo marxista pelo liberal.

populares, entendidos como contextualizadores do processo de construção de conhecimento, no qual se insere uma absorção não-subalterna da ciência consagrada – aqui um veio romântico e culturalista revela-se mais claramente; c) centrada nas capacidades de aprendizado dos educandos/formandos, sempre em interação com suas realidades, portanto, focada necessariamente nas experiências de luta das classes populares, que seriam as verdadeiras protagonistas dos processos de transformação social; d) por conseguinte, singularista, visto que o processo formativo está subordinado a cada cultura/experiência popular; e) menos preocupada com a transmissão de conteúdos; f) influenciada pela Teologia da Libertação, pelo marxismo latino-americano e pela renovação pluralista do pensamento de esquerda no mundo desde o Maio de 68.

A seguir, será verificada e mensurada a incidência das características pertencentes ao aludidos tipos ideais em atividades de formação política da Via Campesina Brasil.

A formação política na Via Campesina Brasil

Quando o MST surge em 1984 suas referências de formação política eram as do campo cutista/petista então em ascensão, muito mais próximo da matriz freireana e bastante crítico à tradição pecebista – até porque os setores marxistas dissidentes que faziam parte daquele emergente campo estavam envolvidos com a “educação popular” e também se opunham ao dito reformismo do PCB.⁷ Paulatinamente, o MST, em processo de crescimento, passa a dar seus primeiros passos rumo a uma formação política própria (Vainer & Vieira, 2010, p. 194; Floresta, 2006 *apud* Martins, 2009, p. 162/163), o que é confirmado pelo relato de uma militante que atua na Escola Nacional Florestan Fernandes:

Em 86, 87, eu participei de um curso de formação política, de monitores [...]. Foi o primeiro organizado pelo Movimento dos Sem Terra. Até esse curso todo nosso processo de formação se dava muito a partir das escolas sindicais [...] ligadas ao antigo, finado Departamento Rural da CUT. E, também, das formações ligadas à Igreja [Católica] em algumas regiões. [...] Não tinha uma formação ainda muito definida do movimento, própria. Só a partir de 90 que a gente consolida uma formação do MST. (Entrevista, 2010)

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que teve sua sede inaugurada em 2005 em Guararema/SP, é um marco na consolidação da formação política própria do MST, bem como da Via Campesina Brasil. Mas desde 1990, segundo o citado relato da militante, o movimento inicia

⁷ Em Manfredi (1994, p. 290/308) encontra-se importante análise sobre os primórdios da educação sindical e da formação política do campo cutista. Veja-se, a respeito, também: Vainer & Vieira, 2010.

um curso básico de formação política que ocorre semestralmente ou anualmente até os dias de hoje.⁸ E naquela década – quando a ENFF funcionava provisoriamente em Caçador/SC – o MST já ministrara cursos de formação política a mais de mil jovens militantes. No decênio seguinte estas atividades se ampliam e se descentralizam, atingindo um público cada vez maior – em torno de 50 mil formandos – em vários estados brasileiros, inclusive setores da juventude urbana, por meio do Programa Nacional de Formação da Juventude da Classe Trabalhadora. (Medeiros, 2002 *apud* Martins, 2009, p. 163 e 167; Vainer & Vieira, 2010, p. 203)

Já o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), outro importante movimento social rural que compõe a Via Campesina Brasil, não possui uma escola de formação propriamente, mas uma política de formação, sistemática a partir de 2001 (Guedes, 2008, p. 5) – lembre-se que este movimento nasceu apenas em 1991. Seus militantes costumam participar das atividades de formação política da Via Campesina Brasil e do MST, evidenciando o protagonismo deste último na rede de movimentos sociais rurais brasileiros aqui tratada.⁹

A relevância da formação política é ressaltada de modo constante nas organizações pertencentes à Via Campesina Brasil:

A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la; o ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática; além de contribuir com o desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; [...] os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica, dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST. (Bogo, 2003 *apud* Martins, 2009, p. 141)

Na formulação acima de Ademar Bogo, outro importante intelectual do MST, é possível verificar uma definição de formação política que contextualiza a teoria em função da prática – o que sem dúvida a aproxima do tipo ideal “educação popular” no que tange à centralidade da realidade dos formandos como ponto de partida do processo de aprendizado; e a distancia do tipo ideal pecebista quanto a uma valorização *per se* da teoria. Por outro lado, o papel da formação em “garantir a unidade política e ideológica” revela seu sentido homogeneizador da militância, característica do tipo ideal pecebista – e o mesmo pode ser afirmado em relação à importância do domínio do

⁸ A entrevistada chega a afirmar: “Impressionante, agora que eu tô me dando conta. Eu acho que é o primeiro curso na história da esquerda do Brasil [a ter duração ininterrupta tão longa].” (Entrevista, 2010)

⁹ A militante do Movimento dos Atingidos por Barragens assim se expressa em sua entrevista: “E sempre nos cursos do MST, da Via Campesina, o MAB está presente.” (Entrevista, 2010) A metonímia presente na frase é auto-explicativa.

conhecimento científico consagrado. Estas duas propriedades reaparecem conjugadas na elaboração de outro intelectual orgânico do MST, Adelar João Pizetta (já mencionado anteriormente), quando aponta como um dos princípios da Escola Nacional Florestan Fernandes o uso do “conhecimento científico para fortalecer e obter maior clareza sobre os princípios políticos, organizativos, zelando sempre pela unidade política e ideológica...”. (Pizetta, 2007, p. 248)¹⁰ Alguma subordinação da teoria à prática reemerge na seqüência, ao asseverar que a ENFF “não pode ser uma escola voltada para manuais e programas de formação estáticos”. (Pizetta, 2007, p. 248) E é reiterada na própria definição da Pedagogia do Movimento do MST:

A Pedagogia do Movimento tem como princípios fundamentais: a relação entre teoria e prática que leve à ação transformadora; **a base da produção do conhecimento deve ser a realidade e seu movimento**; os conteúdos devem ser socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral; educação centrada no trabalho, com ênfase na cooperação; o ambiente educativo deve vincular a escola com os processos econômicos, políticos e culturais; gestão democrática; práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano; formação para a pesquisa; cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização da dimensão pedagógica da história; vínculo orgânico da escola às comunidades do campo; constituição de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores; avaliação como processo permanente, participativo em todos os momentos do processo educativo (MST, 2001 *apud* Martins, 2009, p. 140 – negrito meu)

Em outros documentos de formação política, do MST e do MAB, contudo, a teoria, marxista, é valorizada positivamente em si mesma.

Trazemos, então, a partir do acúmulo da ENFF e das demais experiências dos trabalhadores e trabalhadoras, a proposta de trabalhar com três objetivos centrais:

1. Unificar o estudo dirigido a partir do método de análise marxista;
2. Retomar o estudo dos clássicos sobre a realidade brasileira, para compreendê-la e transformá-la;
3. Fomentar e fortalecer o trabalho de base, a educação popular, a organização política. (ENFF/MST, s.d.a, n.p.)

“Embasamo-nos na ciência marxista como ferramenta para análise e compreensão da realidade.” (Escola Nacional de Formação do MAB, 2008, p. 8)

No caso da ENFF, o marxismo vem acompanhado da leitura de interpretações nacionais a respeito da sociedade brasileira, afastando-se, ainda que preliminarmente, a identificação da formação política do MST com o tipo ideal pecebista, que é fincado mais centralmente numa produção intelectual de teor eurocêntrico – questão que será abordada em breve. Observa-se, ademais, a

¹⁰ Algo similar seria observável no MAB: “os cursos de formação parecem ser, assim, uma instância privilegiada para a promoção de estratégias que estimulem essa unificação” (GUEDES, 2008, p. 17).

ocorrência, no referido documento, de termos comuns ao universo semântico do tipo ideal “educação popular”, tais como “trabalho de base” e a própria expressão “educação popular” – reflexo de origens históricas do MST que permanecem. Chega a ocorrer mesmo uma equiparação de significado entre as noções de “formação política” e de “educação popular”, como em Pizetta (2007, p. 249).

São complexas as relações entre teoria – referente de universalidade ou generalidade – e prática – que remete às realidades singulares de cada movimento e agrupamento social – nas reflexões sobre formação e educação na Via Campesina Brasil. Muitas vezes a teoria marxista é quase absolutizada, fazendo lembrar o tipo ideal pecebista: “a ENFF, adota como fundamento, o método dialético e o materialismo histórico, com todo o legado marxista em desenvolvimento na história.” (Pizetta, 2007, p. 247) Em outros momentos – bem mais freqüentes até onde pude verificar nos limites deste artigo – os espaços de formação política são como que dissolvidos nas práticas militantes dos movimentos, o que alude à menor prioridade na transmissão de conteúdos constante do tipo ideal “educação popular”. A apreensão da teoria sempre teria que passar pelo “teste” da realidade, operação que só o formando/educando perfaz. Neste sentido, o “saber” dominado pelos formadores/educadores (intelectuais e/ou dirigentes) não deixa de ser relativizado ou mesmo posto em dúvida. Tal compreensão fica evidenciada em publicação do MAB: “Deve ser considerado como espaço formativo todo processo de organicidade interna, levando em conta ser um espaço coletivo, para exercitar na prática o espírito da militância baseado nos valores socialistas.” (Escola Nacional de Formação do MAB, 2008, p. 3)¹¹ E mais explicitamente em documento da Via Campesina Internacional:

Planteamientos políticos y principios de la formación – una concepción de formación [...]

a) La formación debe estar ligada a un proyecto estratégico, político, a un proyecto de transformación de la sociedad. Este proyecto esta en construcción, la formación debe apoyar este proceso. **Debe facilitar muchas preguntas, dudas y verdades.**

b) La formación debe ser parte de nuestras luchas y busca fortalecerles. Las actividades mismas son espacios de formación. Debe tener objetivos a medio e a largo plazo.

c) **El punto de partida debe ser la práctica social de los campesinos.** Eso posibilita comprender, orientar, corregir, reorientar la práctica, construyendo de esta forma una interacción dinámica y permanente entre práctica-teoría; **En este proceso debemos valorizar saberes autóctonos.** [...]

f) Debemos integrar un pensamiento político abierto. Es importante reconocer la diversidad interna en La Vía Campesina. Hay que respetar las posiciones minoritarias. **No queremos crear una elite de dirigentes que van a**

¹¹ O depoimento da militante do MAB atuante na área de formação política corrobora o referido entendimento: “a luta, o enfrentamento, também é um dos eixos principais na formação, onde se dá a prática real, você visualizar de fato [pel]o que você está lutando, se organizando.” (Entrevista, 2010)

tener el poder. Si invitamos “expertos/as” queremos reapropiar lo que nos dicen. (La Vía Campesina, 2009, p. 190/191 – negritos meus)¹²

Esta contextualização da teoria transmuta-se em crítica ao conhecimento científico, apontando-se seus limites bem como conferindo valor a saberes produzidos autonomamente pelos grupos sociais subalternizados: intenta-se “não subjugar o conhecimento popular ao conhecimento formal acadêmico, buscando um encontro mútuo entre estes diferentes conhecimentos no processo de estudo e pesquisa”. (ENFF/MST, s.d.b, n.p.) A identificação com o tipo ideal “educação popular”, neste ponto, é clara. Em outro documento, segue-se na mesma linha:

Apropriar-se do conhecimento científico, compreendendo que este é construído coletivamente em um processo historicamente acumulado. Mas esse processo **não será centrado no acúmulo de conteúdos** e sim na experiência da troca, pois nossas trajetórias de luta são instrumentos valiosos para construir uma **teoria política** que apreenda os conflitos históricos e sociais vividos nas diversas situações de luta. E necessário [...] **conhecer as diversas áreas de conhecimento** já construídas pela humanidade (expressas de diferentes formas) para recriá-las, repensá-las e colocá-las a serviço da classe trabalhadora. [...]

O essencial é que os conteúdos tragam elementos para a autonomia reflexiva dos jovens... (ENFF/MST, s.d.c, n.p. – negritos do próprio texto)

Em materiais das organizações da Via Campesina e nas falas de militantes a teoria surge referida a clássicos do marxismo europeu (Marx, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci, entre outros) tanto quanto a figuras importantes da esquerda latino-americana – Che Guevara, Fidel Castro, Mariátegui... – e brasileira – Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Josué de Castro, além de outros (Martins, 2009, p. 143/144 e 148; Peloso, 2007, p. 48; ENFF/MST, s.d.a, n.p.), o que certamente não configura um viés eurocêntrico – característico do tipo ideal pecebista – na formação política dos movimentos sociais rurais aqui investigados. Em contrapartida, uma anterior predominância de um difuso pensamento de esquerda latino-americano – reflexo da influência original da Teologia da Libertação, típica da “educação popular” – já não mais se verifica.

Outras contextualizações acerca da teoria marxista podem ser encontradas: “Retomar o método (materialismo histórico) como instrumento de análise [...]. Por outro lado, ser capaz de analisar criticamente os limites do pensamento marxista.” (ENFF/MST, s.d.b, n.p.) Há aqui alguma distância do marxismo ortodoxo vigente na formação política típica-ideal pecebista. O que fica mais

¹² A parte do documento relativa à formação política consiste num texto-guia, elaborado pelo MST, que foi discutido pelos participantes da Vª Conferência da Via Campesina Internacional ocorrida em Moçambique em 2008. A sede da Via Campesina, rotativa, localiza-se atualmente em Jacarta, Indonésia.

nítido quando se verifica que mesmo a produção intelectual fora do âmbito da teoria política *strictu sensu* é mencionada como conteúdo a ser ministrado para os formandos – algo incomum nas leituras presentes em atividades formativas: “O processo de formação do povo brasileiro na perspectiva antropológica, cultural, política e social, baseado na construção de um olhar específico desenvolvido pelo pensamento intelectual propriamente brasileiro.” Esta insistência no que é “propriamente brasileiro” indica mesmo uma inversão da perspectiva eurocêntrica, ficando o lado nacional – ou latino-americano (dito periférico) – desta dualidade como pólo central: “A história da luta de classes no Brasil tendo como principal referência o pensamento de Florestan Fernandes”¹³ – outro conteúdo elencado para cursos de formação. Igualmente, este foco em nosso “pensamento intelectual” (social) explica a ocorrência de obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em bibliografias dos aludidos cursos (ENFF/MST, s.d.a, n.p.).

Em documentos das organizações e no plano discursivo da militância, a formação política é vista antes como estimuladora da autonomia reflexiva e crítica do educando do que como reprodutora de conhecimentos já consolidados, novamente aproximando-se do tipo ideal “educação popular” em detrimento do padrão pecebista: “Debe apoyar la capacidad de auto-reflexión y de auto-crítica de la persona sobre su propia manera de funcionar y actuar.” (La Vía Campesina, 2009, p. 191)¹⁴ Na mesma direção afirma Ranulfo Peloso que “a formação política” adequada é aquela “contrária a toda tentativa de reprodução de obedientes soldadinhos de chumbo.” (Peloso, 2007, p. 48) Igualmente assevera a militante que atua na ENFF: “você tem que buscar respostas individuais e coletivas. E esse processo é que vai então formando. Mais do que o curso em si.” (Entrevista, 2010)

Tal preocupação com a autonomia do educando se desdobraria em práticas organizativas a princípio menos hierárquicas e mais participativas: há um ideal de “direção coletiva”, intenta-se evitar uma “representatividade burocratizada”, reafirma-se que “o poder de decisão é responsabilidade do coletivo”, a “auto-gestão” é mencionada positivamente, “a centralização do trabalho” e “a prática personalista na organização” são criticadas – sempre no âmbito da formação política (ENFF/MST, s.d.c, n.p.). É possível que tal ênfase democrática no plano discursivo tenha dificuldades de se efetivar na realidade, como indica, por exemplo, Guedes (2008, p. 10) – algo a ser melhor apurado empiricamente. De qualquer maneira, a expressividade dessa preocupação horizontalizante sob o ângulo do formando – tão afeita ao tipo ideal “educação popular” – revela que a noção de uma

¹³ Lembre-se que a produção intelectual de Florestan Fernandes esteve sempre distante dos marxismos pecebista e soviético (este último, referência eurocêntrica maior para o PCB).

¹⁴ Em documento da CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) encontra-se uma definição de autonomia política: “al concepto de autonomía, entendida esta como la capacidad y la determinación de actuar sin pedir permiso ni apoyo de las autoridades...” (CLOC, 2010, n.p.)

disciplina imposta de cima para baixo, característica da formação política pecebista, tende a ser valorada negativamente no quadro das atividades formativas da Via Campesina Brasil.

Esse centramento no educando – presente no processo pedagógico da formação política – é patente no depoimento da militante do MAB por mim entrevistada. Indagada por que teria o perfil para atuar como formadora, ela assim responde: “porque me dou bem nessa relação com as pessoas, isso quer dizer muito no processo de formação, no sentido do diálogo, da conversa, da aproximação...”. (Entrevista, 2010) Temos aqui declarado um pré-requisito fundamental para esta área: a comunicabilidade – com o formando, que deve ser, por conseguinte, parte ativa no processo. Por sua vez, o domínio de conteúdos por parte do formador não aparenta ser tão decisivo.

Conclusão

A investigação em que se baseia o presente artigo abaliza concluir, ainda que não peremptoriamente, por uma maior conexão entre a formação política da Via Campesina Brasil – entendida enquanto experiência histórica em andamento – e o tipo ideal “educação popular” por mim sugerido para fins analíticos. É admissível que a chamada Pedagogia do Movimento do MST e as demais práticas formativas/educativas desenvolvidas no âmbito dessa rede de movimentos sociais rurais possam vir a configurar uma concepção própria, diversa tanto da pedagogia freireana que marcou as origens destes movimentos sociais rurais, quanto das influências marxistas clássicas retomadas a partir dos anos 1990. Todavia, as informações aqui coligidas assinalam uma distância significativa da formação política da Via Campesina Brasil em relação ao tipo ideal pecebista.¹⁵

A seguinte reflexão da militante atuante na ENFF pode ser útil para ilustrar este posicionamento da formação política do MST e da Via Campesina Brasil, como se estivesse entre a pedagogia freireana – ainda que mais próxima desta – e o marxismo pecebista:

No último encontro que nós tivemos, dos nossos educadores aqui da Escola [Nacional Florestan Fernandes], no final me deu vontade de sorrir. Eu nunca tinha participado de um evento, de uma atividade de discussão teórica, da formação política, que tivesse... veja só: trotskysta, leninista, luxemburguista, lukacsiano, gramsciano... [...] E conseguimos fazer um bom debate, uma boa discussão. Aí um professor lukacsiano disse: “olha, só vocês fazem isso, que é impossível. Na Academia, a gente, se juntar essas correntes...” [...]

Porque nós, desde o início, nunca nos definimos como paulofreireanos. E nem como leninistas, nem como maoístas, nem como trotskystas, nem como luxemburguistas e etc. Entendeu? Nós sempre incorporamos todos eles. [...]

¹⁵ Registre-se que os estudos sobre a trajetória da formação política pecebista consultados para este artigo não fazem alusão à pedagogia marxista clássica e soviética (Makarenko, Pistrak, etc.) que passa a ser apropriada pelas organizações da Via Campesina Brasil.

Eu acho que o elemento cristão na nossa formação do movimento possibilitou que [...] nos tornássemos tão plurais como nós somos hoje, sem nos tornarmos ecléticos. É uma possibilidade. Mas eu acho que ainda tem que estudar muito sobre isso. (Entrevista, 2010)

A busca de sínteses possíveis entre a matriz freireana e as diversas correntes do marxismo sem dúvida constitui um esforço – mais ou menos assumido discursivamente – das organizações componentes da Via Campesina Brasil no que tange à formação política. Busca que continuam empreendendo, mas repleta de tensões entre a tendência a repetir e reproduzir orientações políticas para seus formandos, por um lado, e a perspectiva de capacitar estes mesmos formandos a construírem autonomamente suas próprias orientações, velhas ou novas, para os movimentos de que participam, por outro.

BIBLIOGRAFIA

BOGO, Ademar. (2003), *Arquitetos de Sonhos*. São Paulo, Expressão Popular.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1984), *Saber e Ensinar: três estudos de educação popular*. Campinas, Papirus.

CALDART, Roseli. (2006), “Teses sobre a Pedagogia do Movimento”. *Boletim da Educação*, 11 (Edição Especial), 137-149.

CEPIS. (2005), *Trabalho de Base – teoria e prática*, São Paulo.

CLOC. (2010), *Proceso Organizativo de la Coordinadora Latinoamericana del Campo (CLOC) - documento preparatorio para el V Congreso de la CLOC*. Quito. Documento Interno.

ENFF/MST. (s.d.a) *Programa Nacional de Formação de Jovens da Classe Trabalhadora em Movimento*. Guararema. Documento Interno.

ENFF/MST. (s.d.b) *Programa Nacional de Formação para Jovens da Classe Trabalhadora em Movimento - Turma Rio de Janeiro: síntese do debate*. Guararema. Documento Interno.

ENFF/MST. (s.d.c) *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Formação Política para a Juventude da Classe Trabalhadora do Estado do Rio de Janeiro (versão preliminar)*. Guararema. Documento Interno.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MAB. (2008) *A Formação e o Processo Organizativo*. São Paulo.

FLORESTA, Leila. (2006), *Escolas dos Acampamentos/Assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução?* Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, datilo.

GOHN, Maria da Glória. (1999), “A Formação dos Cidadãos nos Cursos do MST”. *Sociologias*, 1, 2, 144-189.

GUEDES, André Dumans. (2008), “Pedagogia e Organização no Movimento dos Atingidos por Barragens”. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro.

LA VÍA CAMPESINA. (2009), *Documentos Políticos de La Vía Campesina - Vª Conferencia Mozambique*. Yakarta.

MANFREDI, Silvia Maria. (1996), *Formação Sindical – história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo, Escrituras.

MANFREDI, Silvia Maria. (1994), *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta.

MARTINS, Suely Aparecida. (2009), *A Formação Política da Juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, datilo.

MEDEIROS, Evandro Costa de. (2002), *A Dimensão Educativa da Mística Sem Terra: a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, datilo.

MST. (2001), *Construindo o Caminho*, São Paulo.

PELOSO, Ranulfo. (2007), “Formação Política de Militantes – a experiência do CEPIS”, in *Cadernos de Estudos ENFF nº 1 – A política de formação de quadros*, Guararema, ENFF.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. (2009), “A Experiência da Fundação Nativo da Natividade e sua Atualidade”. VI Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, São Paulo.

PERRUSO, Marco Antonio. (2008), *Em Busca do “Novo” - intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, datilo.

PIZETTA, Adelar João. (2007), “A Formação Política no MST: um processo em construção”. *OSAL*, 22, 241-250.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. (1998), “Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil”, in J. Q. Moraes (org.), História do Marxismo no Brasil vol. II Teorias - interpretações, Campinas, Ed. da UNICAMP.

SOUZA, Ozani Martiniano de. (2000), O Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae*: origem, consolidação e crise contemporânea. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.

TORRES, Fausto. (2004), “Necessidades de la Formación y Capacitación de los Campesinos y Campesinas”. IV Conferencia Internacional de la Vía Campesina, São Paulo, 26-31.

VAINER, Carlos. (2001), “Building Transnational Civil Society: notes from the periphery”. Conference Building Transnational Civil Society. Cambridge.

VAINER, Carlos & VIEIRA, Flávia Braga. (2010), “From the Valleys to Global Forums: learning for action in MAB”. Citizen Learning for Global Democracy Workshop Papers, Nova Delli, 186-211.

WEBER, Max. (1999), “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais”, in G. Cohn (org.), Weber – Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática.

_____. (2010), Entrevista com militante da área de formação política da ENFF/MST. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Guararema, arquivo sonoro digital.

_____. (2010), Entrevista com militante da área de formação política do MAB. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo, arquivo sonoro digital.